

O MOVIMENTO "DEVOLUÇÃO 55M" EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

É evidente que uma ligação tão profunda da região a oeste do rio Sapucaí com São Paulo, produzida por uma ação de verdadeira "captura econômica", poderia apresentar situações de crises e gerar movimentos políticos entre a população da região. Assim surgiu em São Sebastião do Paraíso, cidade localizada no sudoeste mineiro, e sob forte influência de Ribeirão Preto, um movimento intitulado, por seus idealizadores, "DEVOLUÇÃO 55M", que pretendia o desligamento da região de Minas Gerais e sua anexação a São Paulo. Este movimento foi iniciado e difundido pelo jornal "A Folha do Povo" dirigido por Francisco Gonçalves e teve como período de maior amplitude os anos de 1961-62, quando atingiu muitas cidades da região e chegou até a alcançar repercussão em outras áreas do País. Basicamente, o movimento pretendia que 55 (cinquenta e cinco) municípios mineiros, unidos, passassem a pertencer a São Paulo, pois isto resolveria uma situação ambígua, isto é, legalmente pertencem a Minas Gerais, mas viviam inteiramente ligados a São Paulo.

Depois de iniciado o movimento foi paulatinamente ampliando-se e conquistando adeptos nas várias cidades da região e nas mais variadas classes sociais. Esta expansão foi tão ampla que conseguiu até a adesão de Câmaras Municipais, que se manifestaram através de ofícios de apoio, enviados ao citado jornal, como fez a de Cabo Verde, em 25 de outubro de 1961 e que aqui transcrevemos:¹

Câmara Municipal de Cabo Verde (Minas).

Em 25 de outubro de 1961.

Assunto: Participa deliberação sobre campanha de Municípios.

Serviço: Presidência.

Exmo. Sr. Francisco Gonçalves,

DD. Diretor da "Folha do Povo", São Sebastião do Paraíso.

Senhor Diretor:

Participo a V. Exa. que em data de 24 do corrente mês foi aprovada, em reunião da Câmara Municipal de Cabo Verde, moção de solidariedade e apoio à campanha que o jornal que V. Exa. dirige, em defesa dos direitos de 64 (sessenta e quatro) municípios situados na Cordilheira dos rios Grande e Sapucaí.

(1) *Folha do Povo*, nº 10, ano I, de 5-12-1961 — S. S. do Paraíso, MG.

A votação apresentada por três vereadores desta comuna, apresentou um resultado de 7 (sete) votos a favor e 2 (dois) contra, em solene reunião com a presença de todos os membros desta Casa.

A bravura com que esse jornal vem-se batendo em prol da emancipação econômica da região mais prejudicada pelas administrações sucessivas dos Governos Estaduais, foi grandemente enaltecida em nossa reunião. Ficou claramente evidenciado o desgoverno de nossas administrações estaduais. É hora de nossa região se levantar em prol do engrandecimento comum. Avante nesta gloriosa campanha na defesa dos interesses legítimos dos anseios de nossas comunas.

Valho-me da oportunidade para hipotecar o apoio desta Casa e do povo do nosso Município.

Cordiais Saudações.

Joaquim Rodrigues Mendes

Presidente da Câmara Municipal de Cabo Verde.

Fica evidente, pelos termos do ofício acima transcrito, uma perfeita identificação entre as idéias do jornalista e da maioria dos membros da Câmara Municipal citada, além de demonstrar a penetração da campanha do Jornal. Assim podemos destacar a expressão “emancipação econômica da região mais prejudicada pelas administrações estaduais”, como uma espécie de bandeira do movimento, usada permanentemente por Francisco Gonçalves. Portanto, torna-se claro que o movimento “Devolução 55M” representava, naquele momento, a expressão do descontentamento regional para com o governo mineiro e o tipo de política empregada por ele.

No mesmo sentido, a “Folha do Povo” noticiava manifestações de outras Câmaras Municipais, como o fez em 15 de outubro de 1961,² quando assinala o recebimento de um ofício proveniente da Câmara Municipal de Pratápolis, assinado pelo seu presidente Sr. Delfino de Pádua Vasconcelos, comunicando ter sido aprovado naquela Casa, por unanimidade, um voto de louvor pela campanha de devolução dos municípios mineiros a São Paulo (este voto foi proposto pelo vereador Sebastião Machado de Paula, com o requerimento 2/61).

Por outro lado, a Câmara Municipal de Pratápolis por intermédio de sua Secretaria, comunicava ao jornal o envio de ofícios aos 55 prefeitos da região, concitando-os a comparecer ao Congresso de Prefeitos e Jornalistas que estava sendo programado para São Sebastião do Paraíso.

Francisco Gonçalves aproveita-se da ocasião e faz um rápido comentário, para finalizar a notícia, salientando “o desejo daquela gente de se libertar para sempre da escravidão branca imposta pelo governo de

(2) *Folha do Povo*, nº 07, ano I, de 15-10-1961 — S. S. do Paraíso, MG.

Minas Gerais”³. Nesta mesma edição, em artigo de fundo, assinado pelo mesmo jornalista, salienta que “o movimento não tem espírito separatista e que o ideal seria que Minas nos amparasse, mas Minas não suporta as suas mínimas necessidades, por culpa exclusiva de seus maus políticos”. Continua o jornal a acusar os políticos mineiros de não cumprirem as promessas feitas e de provocarem o naufrágio econômico do Estado e de, ao mesmo tempo, terem montado no interior e, principalmente no sudoeste “a maior indústria do Estado, a indústria de exportar mineiros para os outros Estados”⁴.

Ainda em edição de 12 de novembro de 1961, menciona o recebimento de um ofício da Câmara de Ibiraci, que em reunião de 31 de outubro daquele ano, também aprovou uma moção de apoio à campanha do jornal. Estas manifestações de órgãos legislativos da região, parecem-nos importante na avaliação do problema levantado pelo jornalista, pois os vereadores das pequenas comunas são muito sensíveis, por via de regra, aos problemas locais ou regionais, pois estão mais ligados ao povo até mesmo que os detentores do poder executivo, no caso os prefeitos, mais ligados estes à política geral do Estado ou do partido a que pertencem. Assim estas manifestações citadas, são para nós um atestado de aprovação popular ao “Devolução 55 M” de Francisco Gonçalves e seu jornal.

Neste mesmo número do jornal em uma seção humorística, intitulada “A Pua” há uma afirmação em letras grifadas em que se lê: “Desejar a transição para melhor é um ato nobre de qualquer povo. Fronteiras não seguram idéias de homens livres”⁵, o que serve para dar uma noção do pensamento de Francisco Gonçalves. Assim, seu jornal aproveitava-se de todas as oportunidades para insuflar a campanha, como o faz na edição de 3 de dezembro de 1961, ao comentar a mudança de delegado de polícia em São Sebastião do Paraíso, chamando-a de “novo benefício para a cidade” e que ela recebe a cada 45 dias, malbaratando o dinheiro público. Termina a notícia com a seguinte frase: “São Paulo vem aí, mineiros do Sul.” E também digna de nota, a tática empregada pelo jornal, pois ao lado da notícia acima mencionada, há um apelo aos mineiros para que não soneguem impostos, pois é com esse dinheiro que o governo atenderá as reivindicações populares. Parece-nos um esforço do jornal para mostrar-se dentro da legalidade e evitar maiores problemas⁶.

Em outras oportunidades o jornal usa as seções humorísticas para voltar ao assunto como o fez em 22 de outubro do mesmo ano, com o seguinte comentário: “A chuva vem aí, mas no próximo mês, uma grande indústria de velas será montada nesta cidade, pois o consumo assim o

(3) *Folha do Povo*, nº 07, ano I, de 15-10-1961 — S. Sebastião do Paraíso, MG.

(4) *Idem*.

(5) *Folha do Povo*, nº 11, ano I, S. Sebastião do Paraíso, MG.

(6) *Folha do Povo*, nº 14, ano I, S. Sebastião do Paraíso, MG.

Minas Gerais”³. Nesta mesma edição, em artigo de fundo, assinado pelo mesmo jornalista, salienta que “o movimento não tem espírito separatista e que o ideal seria que Minas nos amparasse, mas Minas não suporta as suas mínimas necessidades, por culpa exclusiva de seus maus políticos”. Continua o jornal a acusar os políticos mineiros de não cumprirem as promessas feitas e de provocarem o naufrágio econômico do Estado e de, ao mesmo tempo, terem montado no interior e, principalmente no sudoeste “a maior indústria do Estado, a indústria de exportar mineiros para os outros Estados”⁴.

Ainda em edição de 12 de novembro de 1961, menciona o recebimento de um ofício da Câmara de Ibiraci, que em reunião de 31 de outubro daquele ano, também aprovou uma moção de apoio à campanha do jornal. Estas manifestações de órgãos legislativos da região, parecem-nos importante na avaliação do problema levantado pelo jornalista, pois os vereadores das pequenas comunas são muito sensíveis, por via de regra, aos problemas locais ou regionais, pois estão mais ligados ao povo até mesmo que os detentores do poder executivo, no caso os prefeitos, mais ligados estes à política geral do Estado ou do partido a que pertencem. Assim estas manifestações citadas, são para nós um atestado de aprovação popular ao “Devolução 55 M” de Francisco Gonçalves e seu jornal.

Neste mesmo número do jornal em uma seção humorística, intitulada “A Pua” há uma afirmação em letras grifadas em que se lê: “Desejar a transição para melhor é um ato nobre de qualquer povo. Fronteiras não seguram idéias de homens livres”⁵, o que serve para dar uma noção do pensamento de Francisco Gonçalves. Assim, seu jornal aproveitava-se de todas as oportunidades para insuflar a campanha, como o faz na edição de 3 de dezembro de 1961, ao comentar a mudança de delegado de polícia em São Sebastião do Paraíso, chamando-a de “novo benefício para a cidade” e que ela recebe a cada 45 dias, malbaratando o dinheiro público. Termina a notícia com a seguinte frase: “São Paulo vem aí, mineiros do Sul.” E também digna de nota, a tática empregada pelo jornal, pois ao lado da notícia acima mencionada, há um apelo aos mineiros para que não soneguem impostos, pois é com esse dinheiro que o governo atenderá as reivindicações populares. Parece-nos um esforço do jornal para mostrar-se dentro da legalidade e evitar maiores problemas⁶.

Em outras oportunidades o jornal usa as seções humorísticas para voltar ao assunto como o fez em 22 de outubro do mesmo ano, com o seguinte comentário: “A chuva vem aí, mas no próximo mês, uma grande indústria de velas será montada nesta cidade, pois o consumo assim o

(3) *Folha do Povo*, nº 07, ano I, de 15-10-1961 — S. Sebastião do Paraíso, MG.

(4) *Idem*.

(5) *Folha do Povo*, nº 11, ano I, S. Sebastião do Paraíso, MG.

(6) *Folha do Povo*, nº 14, ano I, S. Sebastião do Paraíso, MG.

exige. Essa fábrica vem contratada pela Força e Luz local. A banda aos domingos, sob a luz de velas, tocará "Lampião de Gás". Deve ser bom ter força e luz à vontade, não ?". Na mesma seção "o movimento Devolução 55M", que levantamos, na opinião de alguns é uma vergonha para o governo mineiro. É mesmo. Tanto assim que o Governo já vem a Guaxupé. Sabe fazer o quê ? Ver se a UDN de lá vai ou não vai. Ele vem em carne e osso, reestruturar o partido. É aí que se vê a vergonha da política mineira. Sabe o que vai resultar dessa reunião ? — Novo delegado em Guaxupé ou um Grupo Escolar transformado em quartel, como o de Muzambinho⁷.

"É um perigo isto passar para São Paulo. O clima não seria difícil de se acostumar a ele. O duro seria para os politiquinhos"⁸.

Podemos observar, por esta coluna jocosa, as duras críticas ao governo mineiro, feitas pelo jornal, numa linguagem bem ao alcance das pessoas simples, porém contundentes, atingindo a própria ação política do governo, além da falta de assistência nos serviços básicos como a energia e a educação. Por outro lado, não poupa os políticos da região, chamando-os de "politiquinhos" com medo de perderem suas posições com a passagem da área para São Paulo.

Quanto a estas queixas, contra a maneira de agir dos governantes de Minas, procuramos colher informações em outros lugares, para verificarmos se não eram apenas produto do movimento em questão. Conseguimos em Poços de Caldas, o depoimento de um velho político, ligado ao PSD e sem qualquer vinculação com o movimento, o Sr. José Afonso Junqueira de Barros Cobra, que afirmou ser norma na região este tipo de queixas, sempre que se perdia uma eleição "por falta de apoio governamental". Acrescentou porém que realmente, na época o Estado era pobre e não tinha condições de melhor atender às necessidades das cidades e seus municípios. Nestas horas difíceis, segundo o entrevistado, o descontentamento realmente era muito grande e a vontade de pertencer a São Paulo surgia como uma resposta às atitudes ou desmandos do governo estadual⁹.

Pudemos, por outro lado, notar que durante todo o tempo de sua existência, o movimento procurou deixar bem claro que a passagem dos municípios para São Paulo, tinha como base de sustentação o fator econômico, ou seja, a total dependência da região ao Estado bandeirante. Outrossim, fazia-se apelo aos fatores históricos, que justificariam a atitude,

(7) Idem, nº 8.

(8) A referência feita pelo jornal, sobre o "perigo" de passar para São Paulo dizendo que não seria difícil acostumar-se ao clima, deve-se a uma piada ou brincadeira, aparecida na época entre os habitantes da região. Ter-se-ia perguntado a um caboclo da roça, sobre a passagem da região para São Paulo e ele teria respondido que não gostaria, pois não iria se acostumar com o clima de São Paulo. Fica evidente que o jornal procura rebater a brincadeira e tirar partido para criticar os políticos.

(9) Entrevista feita em 16-7-78 (na residência do político citado, sem gravação, em Poços de Caldas).

pois todas as decisões tomadas sobre limites da região poderiam ser contestadas pelos interesses econômicos naquele momento. Assim eram lembrados os movimentos anteriores, que tentaram separar de Minas a região a oeste do Sapucaí e o Assento de 1765 como fundamentos históricos para uma nova tentativa.

Paulatinamente, o movimento “Devolução 55M” expandiu-se pela região, conseguindo apoio de Câmaras Municipais e do povo, porém pouco repercutiu na imprensa nacional; foi alvo de uma reportagem da revista “Manchete”, no seu nº 501 de 1961¹⁰, outra do jornal “Folha de São Paulo”¹¹, dois artigos do “Correio Paulistano”¹² e, ainda, de um programa de televisão na “Itacolomi” de Belo Horizonte, chamado Alta Tensão. As notícias, de modo geral pretendiam divulgar o movimento, o que evidentemente muito animou Francisco Gonçalves, que dá ciência em seu jornal de tais acontecimentos¹³.

Os artigos publicados no “Correio Paulistano”, de autoria do Dr. Dalmo Belfort de Mattos, então professor de Direito Internacional da PUC de São Paulo, foram bem mais amplos e detalhados. O Dr. Dalmo, segundo declarações que nos prestou pessoalmente, chegou a ser consultado sobre a possibilidade de orientar juridicamente a questão, mas não chegou a fazê-lo. No primeiro artigo, publicado em 15 de outubro de 1961, sob o título “O M 55, a História e o Direito” faz de início um retrospecto da histórica questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais, no qual se demonstra um ardoroso defensor dos interesses paulistas, lembrando as origens paulistas de várias cidades localizadas a oeste do Sapucaí. Em seguida, o articulista aborda o problema de forma jurídica, procurando demonstrar que o Direito Internacional Moderno consagra a alteração de limites, quando feitas voluntariamente. Assim, evoca o Direito de Autodeterminação dos Povos, que considera um princípio democrático e “que deve prevalecer a não ser que se oponham fatores de ordem filosófica ou jurídica”. Passa assim a enumerar uma série de casos famosos ocorridos nos Séculos XIX e XX, em várias regiões. Entre eles cita os plebiscitos que alteraram fronteiras internacionais e até modificaram tratados anteriormente feitos, como o de Veneza em 22 de outubro de 1866, quando os venezianos decidiram-se a pertencer a Itália; o da ilha de Saint Barthelemy que se desligou da Suécia e incorporou-se à França em 1877; depois da Primeira Guerra Mundial os plebiscitos de Eupen e Malmedy que anexaram esses territórios à Bélgica e o do Sarre (1935) que o conservou alemão e o de Schleswig do Norte que o incorporou à Dinamarca. O Dr. Dalmo Belfort de Mattos dá destaque, ainda às modificações feitas nos tratados de

(10) Revista *Manchete*, nº 501, 1961, págs. 107 a 109. Rio de Janeiro.

(11) *Folha de São Paulo*, 06-10-1961, São Paulo.

(12) *Correio Paulistano*, 15-10-1961 e de 26-11-1961, São Paulo.

(13) *Folha do Povo*, nº 6, ano I, São Sebastião do Paraíso, MG.

Saint-Germain e de Trianon com os plebiscitos feitos em Klagenfurth e Burgeland. Desta forma, encerra o artigo afirmando que se “o plebiscito pode alterar as fronteiras internacionais, resolver problemas de soberania e consagrar aspirações coletivas de grupos étnicos, com muito mais razão será invocável em Direito Público Interno”, indicando assim aos habitantes do sudoeste mineiro o caminho a seguir.

No segundo artigo, sob o título “As divisas interestaduais e sua modificação”, o Dr. Dalmo Belfort de Mattos complementa o primeiro fazendo um estudo rápido e sintético sobre a evolução jurídica dos limites entre as várias regiões do Brasil, desde a época colonial. Assim assinala o ilustre jurista que durante a época colonial esses limites foram sempre fixados ou modificados por ordem do poder real, se bem que as sugestões para mudanças podiam partir de um capitão-general ou de um Senado da Câmara. Continua o articulista afirmando que com a Independência instaurou-se no Brasil o Império Unitário, com as antigas Capitânias transformadas em Províncias, estas totalmente dependentes do poder central no que dissesse respeito à sua estrutura, limites e governo. A Constituição Imperial de 1824 confirma a autoridade do Governo Central, quando afirma no artigo 29: “O território (do país) é dividido em Províncias, na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas como pedir o bem do Estado”. Lembra o Dr. Dalmo Belfort de Mattos que assim agiu o Governo Central, quando em 1850 elevou à Província a Comarca do Alto Amazonas, destacando-a do Grão-Pará. Depois em 1853 separava de São Paulo a sua 5ª Comarca, formando com ela o Paraná e com simples decreto, o 3.012, alterou a linha divisória entre o Ceará e o Piauí. Este recebia uma faixa litorânea e cedia ao Ceará a Comarca de Príncipe Imperial, hoje Cratêus, (ato do Gabinete Saraiva).

Com a proclamação da República, a Constituição de 1891 deu maior autonomia aos Estados em que se transformaram as antigas Províncias e mantendo a integridade territorial de cada um. Para que houvesse modificação seria necessário a explícita votação pelas Câmaras Estaduais envolvidas, em duas sessões anuais consecutivas e aprovação do Congresso Nacional, conforme o artigo 49.

A Constituição de 1934 passou a exigir, no seu artigo 14, que a aprovação legislativa para a alteração de divisas se desse em duas legislaturas distintas e não duas sessões como estava na Constituição anterior, além de aprovação por lei federal. Já a Carta Constitucional de 1937 introduziu uma exigência a mais: o Presidente da República podia exigir que houvesse um plebiscito na área disputada (artigo 59, parágrafo único). Observa o articulista que esta era “uma estranha invocação da soberania popular direta, numa Carta Magna autoritária” e que, posteriormente, usando critério próprio retalhou os Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, criando territórios federais. Entretanto a Constituição de

JORNALZINHO FAZ MOVIMENTO PARA TRAZER 55 CIDADES MINEIRAS PARA SÃO PAULO



Todas as manhãs, Chico Gonçalves, comerciante e jornalista, passeia pelas ruas de São Sebastião do Paraíso, em Minas, com uma pasta na mão. Ele pára em cada porta e pergunta: “Vamos passar para São Paulo, minha gente ?” E quando Chico diz “passar” não quer dizer atravessar a fronteira. Ele quer dizer **mudar a fronteira**.

1946 quando em vigor, reagindo à violência eliminou os territórios de Iguassu e Ponta Porã, devolvendo os territórios aos Estados. Nesta Carta Magna, no seu artigo 2º, seria necessário o consentimento expresso dos interessados para incorporação, fusão ou desmembramento de Estados. Lembra o Dr. Dalmo Belfort de Mattos que o “plebiscito, peça fundamental do sistema, é de direito político e não matéria de leis eleitorais. Poderão participar todos os residentes na área consultada ou “estantes” ou “integrantes”. Na parte final do seu artigo o jurista recorre a Pontes de Miranda¹⁴: “O Congresso Nacional não pode ter a iniciativa dos atos a que se refere o texto (da Constituição); trata-se de aprovação, de nenhum modo pode proceder à dupla deliberação das Assembléias Legislativas dos Estados interessados” e continua adiante, “a votação das Assembléias Legislativas Estaduais, o plebiscito e a aprovação do Congresso Nacional. Vale dizer: democracia local indireta, democracia local direta e democracia geral indireta”. E conclui de forma feliz: “nestes três pressupostos necessários fundam-se a reivindicação de direitos históricos e vontade popular. Ambos se completam, se entrosam, se robustecem”. Finalmente, faz uma alusão aos dois movimentos da mesma espécie que foram tratados juridicamente, no artigo em foco: a tentativa de dividir Mato Grosso, criando o Estado de Maracaju e o outro o “55M”, através do qual os mineiros do sul tentam devolver a São Paulo. Já a Folha de São Paulo, ao dar a notícia, reproduzindo inclusive um mapa da região, mapa nº 4, traz as declarações do então presidente da Associação Comercial de S. S. do Paraíso, Carlos Salviano de Paula, afirmando que apenas 1% do comércio local era feito com Belo Horizonte e todo o restante com Estado de São Paulo.

O pensamento do comerciante de S. S. do Paraíso é complementado em outro aspecto, pelas declarações feitas na época à revista “Manchete”, por José Afonso Junqueira de Barros Cobra, então presidente do PSD em Poços de Caldas, quando afirma que os funcionários públicos estaduais da região mineira em questão, eram favoráveis à transferência dos municípios para São Paulo, pois a diferença entre os vencimentos que recebiam e os que eram pagos pelo governo paulista era muito grande e, portanto, atraente. Nas suas declarações, o político pessedista, incluía juizes, professores, delegados, enfim todos os funcionários, não importando categoria e que, somados aos seus familiares, formavam um grupo considerável, que iria em muito aumentar o número dos que ligados aos vários setores da economia, ansiavam pela mudança, na esperança de um melhor atendimento pela administração pública às suas reivindicações.

O mesmo político, acima citado, hoje gozando de uma espécie de aposentadoria política, foi por nós entrevistado em julho de 1978 e deu-nos sua versão atual sobre os problemas das comunicações existentes na época do movimento “Devolução 55M”, afirmando que a única saída

segura da cidade era a Mogiana, pois as estradas eram praticamente intransitáveis, tornando quase impossível maiores contatos com o resto do Estado de Minas Gerais¹⁵.

A mesma revista entrevistou várias pessoas de Poços de Caldas e São Sebastião do Paraíso. Em Poços de Caldas, o então prefeito, Davi Ottoni e o vereador udenista, José Vargas de Sousa eram contrários à mudança, enquanto comerciantes como Napoleão Joeli, Orlando Malagutti (que declarou: “somos paulistas nascidos em Minas”) e José Silos Junior eram favoráveis. Em São Sebastião do Paraíso até o pároco, Monsenhor Mancini estava de acordo com a idéia.

Quanto ao programa da T.V. Itacolomi de Belo Horizonte, do qual não tivemos conhecimento direto, podemos apreciá-los pelos comentários de um artigo da própria “Folha do Povo” em 17 de dezembro de 1961, onde se percebe uma grande irritação do líder do movimento, contra a maneira como foi conduzido. Aqui o transcrevemos para melhor ilustrar o que foi afirmado: “Acaso pedir misericórdia, ao Governo do Estado, para que possamos sobreviver, é cometer crime? Como noticiamos na edição anterior, o diretor da “Folha do Povo”, concederia uma entrevista à TV Itacolomi, dentro do programa “Alta Tensão”, produzido pelo advogado José Gaspar Nogueira, paraisense radicado na capital mineira.

Dentro de um “script” preparado com antecedência o Sr. Francisco Gonçalves teria a oportunidade de responder perguntas pré-respondidas pelo próprio produtor. Nestas notas, não queremos, de maneira nenhuma, deixar de agradecer o Sr. Gaspar pela oportunidade da entrevista que, ao contrário do que imaginavam seus idealizadores, não nos foi prejudicial, nem ficamos “com cara de bobo” pretendida pelo produtor e... pelo governo estadual.

No roteiro de “Alta Tensão” há equívocos, erros evidentes quanto ao nosso propósito, pois jamais falamos em “separatismo... e mesmo em “Estado da Mantiqueira”. Nosso programa desde o início, foi e continua a ser a anexação de 55 municípios ao Estado de São Paulo, como devolução, pois estas terras já pertenceram à Piratininga. Não vemos, também, razão para se dizer que estamos agindo “impunemente”. Acaso pedir para que se acabem as vergonhosas trocas de Delegados é cometer crime? Acaso pedir mais pão para os nossos filhos, é cometer crime? Acaso pedir estradas, escolas, hospitais, água e todo o progresso que nos está sendo furtado é cometer crime? Por que, então, dizer em um programa de televisão que estamos agindo “impunemente”? Acaso pedir uma máquina de escrever para uma delegacia cujo prédio está em frangalhos é cometer

(15) Entrevista citada.

crime? Acaso pedir misericórdia ao governo do estado, para que possamos sobreviver, é cometer crime? Não, não e não, porque é com o nosso dinheiro que o Governo do Estado promove orgias publicitárias, mentiras com o fito único de conseguir mais votos em outras eleições.

Ficamos surpreendidos, em alguns momentos do programa da TV Itacolomi, principalmente, quando despertaram a atenção dos telespectadores, dizendo que homens de responsabilidade não poderiam tomar parte neste movimento. Não há, nisso tudo, uma confusão de covardia, falta de responsabilidade e má-fe? Nos surpreenderam, ainda, a falta de ética do produtor, ao afirmar que “grandes colunas estão publicando grandes mentiras”; isto, referindo-se à “Folha de São Paulo” e à revista “Manchete”. Quando faltam elementos sadios, um produtor de TV não pode apelar para a deselegância com os seus colegas da grande imprensa. Busque seu próprio argumento, apele para a imaginação, se for o caso, mas dizer que outros publicaram “mentiras”, é uma... mentira maior ainda.

Apesar de tudo isso, agradecemos, honrados, a presença de sua Exa. o Sr. Dr. Olavo de Bilac Pinto, digníssimo Secretário das Finanças do poderoso Governo do Estado de Minas Gerais, ao programa. Agradecemos, ainda, a presença do Sr. Dr. Paulo Camilo de Oliveira Pena, fiel secretário de sua Exa., o Sr. Dr. José de Magalhães Pinto, muito digno e querido Governador do Estado de Minas Gerais. Ainda, do Sr. Dr. Nei Torres, diretor do DER, departamento que muito tem beneficiado a nossa região, com ótimas e seguras estradas de rodagem. Do jornalista Sr. Dr. Milton Fernandes, idealizador das entrevistas feitas em Palácio. A todos eles o nosso agradecimento.

Lamentamos, no entanto, as palavras do Sr. Dr. Olavo de Bilac Pinto quando disse que “o Estado está em precária situação financeira”. Isto ele não precisaria dizer, pois todos nós já o sabíamos, antes de irmos lá. Entretanto, sua Exa. deu a mão à palmatória, alegando não poder contestar uma só palavra das nossas afirmações, concordando, em parte, até com a nossa pretensão de sobrevivência, isto é, a anexação ao Estado líder da federação, São Paulo.

Para encerrar este registro, mais uma vez, queremos deixar bem claro não termos rancores dos organizadores do programa da TV, pois o objetivo que eles pretendiam alcançar, que era a nossa total desmoralização junto ao resto do Estado de Minas Gerais, não o conseguiram, pois nenhum de nossos editoriais ou afirmações foram desmentidos. Nem pela TV, nem pelo Governo do Estado. A todos eles, enfim, o nosso melhor “muito obrigado”!

Nota-se pelos comentários feitos por Francisco Gonçalves, que o programa de TV levado ao ar na capital mineira teve a intenção de desmoralizar o movimento, através do ridículo e de insinuações inverdi-

cas, pois tentou-se confundir o “Devolução 55M” com um hipotético Estado da Mantiqueira, idéia esta surgida num Congresso dos Municípios do Sul de Minas, em São Lourenço, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e levantada pela delegação de Poços de Caldas e, portanto, sem nenhuma ligação com o movimento de Francisco Gonçalves. Por outro lado, o jornalista em várias ocasiões procura repelir a acusação de separatismo, alegando sempre que é um movimento de anexação ao Estado de São Paulo e, até, como devolução das terras que já tinham pertencido àquele estado e lhe tinham sido tiradas de modo injusto e inoportuno, por outro lado, apegando-se à idéia de ser também um movimento de sobrevivência em que um povo está pedindo misericórdia e não tentando uma revolta ou coisa parecida. Com esta atitude Francisco Gonçalves procura demonstrar a legitimidade de suas pretensões, alegando que a transferência para São Paulo tinha sentido nacionalista, pois era a única forma de garantir o progresso da região, aproveitando até um “slogan”: “somos paulistas nascidos em Minas”.

Esta maneira de pensar dos dirigentes do movimento de anexação a São Paulo fica claro no editorial de 24 de setembro de 1961, intitulado: “Vamos entregar a São Paulo o que Minas não pode agüentar”¹⁶.

Este editorial, em certo trecho, diz: “somos um povo emancipado. Sabemos o que queremos e sabemos melhor o que não queremos. E não queremos é política sem proveito à coletividade sul-mineira: o sul de Minas não tem estradas, não tem escolas, postos de saúde suficientes; não tem fiscalização de preços ou salários, enfim não tem nada e isto não queremos”. Mais adiante o articulista trata Ribeirão Preto como a capital econômica e humana da região próxima de São Sebastião do Paraíso, e Belo Horizonte, como capital decorativa que nunca se interessou pelo progresso regional, lembrando dela apenas nas épocas de eleições. No mesmo sentido o jornal faz inúmeras citações sobre a péssima situação financeira do Estado de Minas, que não tem condições de socorrer os municípios envolvidos pelo movimento e procura mostrar que São Paulo é todo progresso e representa a salvação da região sul de Minas. Declarações de personalidades, na época, confirmam estas idéias do jornal. Assim o pároco de São Sebastião do Paraíso, Monsenhor Mancini declarava à “Manchete”¹⁷: “sob a administração paulista, lucraríamos pois os governos bandeirantes sempre olharam para o interior” e da mesma maneira o político de Poços de Caldas, Barros Cobra, concorda com a afirmação de que Minas Gerais era pobre e não podia atender adequadamente à região. Por outro lado, o jornal em questão chega até a exagerar sobre o progresso de São Paulo, afirmando que na terra bandeirante o governo estava pronto a instalar uma usina nuclear para produzir energia atômica, enquanto em Minas

(16) *Folha do Povo*, nº 4, ano I.

(17) Revista citada, pág. 109.

não se tinha nem energia elétrica convencional, na estação da seca por falta de água e na época de chuvas porque as usinas eram invadidas pelas águas dos rios¹⁸.

Sempre seguindo esta forma de análise da situação, em outros exemplares da Folha do Povo trata-se de explorar todos os tipos de Fraqueza ou situações difíceis por que passa o Estado mineiro, para demonstrar as vantagens da “mudança para São Paulo”. Assim, em 8 de outubro de 1961, o jornal traz um artigo, em que afirma existirem 1.300.000 crianças sem escola em Minas Gerais, segundo afirmação do próprio governo mineiro e pergunta: “Podemos continuar assim, mineiros do sul ?” No mesmo número, salienta as péssimas condições das estradas, informando que basta um chuveiro para que se tornem intransitáveis, o que também acontecia na maioria das ruas da cidade. As críticas se voltam também ao poder municipal e numa seção humorística intitulada “Conta-Gotas” podemos encontrar referências à má administração, quando comenta que há quinze dias procuravam um rolamento para a bomba d’água e que este tempo daria para ir à China, mas que de esperança vive-se há 200 anos nesta região, fazendo referência ao Assento de 1765¹⁹.

Ainda criticando a municipalidade, a 17 de dezembro de 1961²⁰, um comentário é publicado com o seguinte título: “É proibido pescar na Av. Ângelo Calafiori — Temos que mudar mesmo”, fazendo uma série de críticas sobre o estado de abandono em que se encontra a cidade. Em outro número do jornal²¹ a crítica tem o seguinte título: “Setecentos porcos obstruem a Rua Dr. Tabajara Pedroso”, chamando a atenção para o desleixo da Prefeitura e do serviço de saúde do Estado.

Esta é, portanto, uma campanha ampla que pretende sensibilizar os políticos e, principalmente o povo da região. Por outro lado, seus dirigentes reconhecem e até apregoavam que o movimento não era novo, mas estava retomando uma velha idéia: a de rever as divisas entre São Paulo e Minas Gerais, colocando-as na linha do Sapucaí. Entretanto, se não eram esquecidos os antecedentes históricos, procuravam explorar com vigor os problemas econômicos e as discrepâncias existentes entre os dois Estados, para dar ênfase e força ao movimento.

A eclosão do movimento provocou certa repercussão na capital mineira, mas não foi tão grande como se poderia esperar, apesar de ter sido alvo de algumas notícias nos jornais e de manifestações de homens públicos inclusive na Assembléia Legislativa do Estado. A primeira notícia foi a

(18) Folha do Povo, nº 04, ano I.

(19) Folha do Povo, nº , ano I.

(20) Folha do Povo, nº 06, ano I.

(21) Folha do Povo, nº 16, ano I.

do “Diário da Tarde” de Belo Horizonte em 06-10-61, com o título “Separatismo volta ao Sul de Minas: 64 cidades do Movimento”²².

Segundo o jornal, a notícia é em “absoluta primeira mão” e cita cidades como Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso, Guaxupé e Alfenas que, entre outras, pretendiam com um plebiscito incorporarem-se a São Paulo. Em seguida confirma que o movimento nasceu em S. S. do Paraíso, através de um jornal (que não é citado, mas trata-se da “Folha do Povo”) e, ainda, colheu impressões do Sr. Alberto Muniz, então prefeito da cidade que afirmou ser o movimento fruto do abandono a que está relegado o sul de Minas e julgando que, se o plebiscito fosse realizado, a maioria da população penderia para aliar-se a São Paulo. Por outro lado, a notícia faz menção ao “acerto de 12 de outubro de 1765” que estabeleceu o rio Sapucaí como limite entre São Paulo e Minas Gerais e, também a uma tentativa do jornal de comunicar-se com o prefeito de Ribeirão Preto, sobre a iniciativa de um vereador daquela cidade, João de Paula Pires que teria iniciado uma campanha paralela, em prol da devolução dos municípios mineiros a São Paulo, mas que as fontes ligadas ao prefeito preferiram não pronunciar-se. Em seguida o jornal enumera as 64 cidades envolvidas pelo movimento e não as 55 do movimento liderado por Francisco Gonçalves e seu jornal.

No dia seguinte o “Estado de Minas”²³ dá destaque ao pronunciamento feito na Assembléia Legislativa do Estado, pelo deputado Israel Pinheiro Filho, do PDS, que condena o movimento separatista como inadmissível, mas o considerou um “movimento reivindicatório”, pois o governo de Minas tem deixado o Sul do Estado à sua própria sorte, sem lhe propiciar qualquer apoio ou incentivo. Continuando a noticiar sobre o fato, o “Estado de Minas” e o “Diário da Tarde” em suas edições de 8 de outubro de 1961, noticiam a iniciativa do deputado Jorge Corone Filho, que propõe ao Estado dedicar 10% da arrecadação para apoio aos municípios, com a justificativa de que serviria para evitar movimentos separatistas. Nesta mesma edição o “Diário da Tarde” dá destaque à abordagem feita pelo deputado Frederico Pardini sobre o movimento do Sul de Minas com a seguinte manchete: “Movimento separatista do Sul de Minas visa chamar a atenção do governo”. Este deputado pertencente ao PSD e ligado por laços familiares ao sul de Minas, afirma “que bastava atravessar a fronteira entre os dois Estados para notar-se uma grande diferença, pois nas cidades paulistas são encontradas todas as instituições básicas que faltam às mineiras”. Em seguida comenta a situação de Poços de Caldas, com uma arrecadação superior a 200 milhões de cruzeiros, mas reversão pouco sensível. Cita ainda obras inacabadas de um Grupo Escolar o “Francisco Escobar”, o fórum com terreno doado e não iniciado e a falta de asfalto entre Poços de

(22) Diário da Tarde, de 6-10-61, Órgão dos Associados de Minas, BH.

(23) Estado de Minas, de 7-10-61, Órgão Associados de Minas, BH.

Caldas e Andradas, apesar do intenso movimento. Comenta, ainda o deputado, a falta de atenção da Cemig para com a região sul, que muito colaborou com a criação do seu capital. Para finalizar o deputado diz não acreditar no movimento separatista, pois "o acendrado sentimento mineiro não permitiria que estes municípios passassem para o jugo paulista", pregando porém outro tipo de luta com greves, passeatas e dia de luto "para conseguir reivindicações justas".

A seguir, dia 10-10-61 o mesmo jornal (Estado de Minas) traz uma entrevista de Aureliano Leite com o seguinte título: "Não há questão de limites entre Minas e São Paulo". Este jurista, que fora deputado federal em 1935 e tivera participação no tratado de 1935, feito entre os dois Estados julgava não haver fundamento legal nem lógico nas pretensões dos separatistas, pois tudo fora resolvido pelo Laudo Villeroy de 1933 e pelo posterior tratado de 1935.

Assim, no noticiário da imprensa mineira e nas declarações dos políticos mineiros, que pudemos colher, nota-se um ponto comum, isto é, todos estão concordes com o estado de abandono em que se encontrava o sul de Minas na época, por parte do governo estadual. Por outro lado, os políticos tentam caracterizar o "55M", afirmando ser apenas reivindicatório e com a finalidade de chamar a atenção do governo mineiro para aqueles municípios. Também chamou-nos a atenção, a concordância destas declarações com muito daquilo que Francisco Gonçalves publicou em seu jornal, "Folha do Povo", confirmando portanto as suas denúncias sobre os problemas enfrentados pelo Sul de Minas e que justificariam a pretendida passagem para São Paulo.

Do ponto de vista histórico, o movimento "Devolução 55M" pretendia reavivar o "Assento de 1765" feito pelo Conde da Cunha, pois a linha estabelecida pelos rios Sapucaí-Grande seria a mais natural para marcar os limites entre os dois Estados. Também lembrava Francisco Gonçalves que a linha mandada demarcar por Gomes Freire em 1749, depois conhecida por linha de Luiz Diogo, procurou passar pelo divisor d'águas entre os vales do rio Grande e do Mogi-Guaçu e que, tanto num caso como noutro, o movimento tinha validade histórica, pois nos dois, São Sebastião do Paraíso pertenceria a São Paulo. Entretanto desejava-se o restabelecimento do referido assento, pois assim todo o Sul de Minas seria atingido, devolvendo-se a São Paulo os 55 municípios da região e que compreendiam, além de São Sebastião do Paraíso, cidades como Poços de Caldas, Ouro Fino, Muzambinho, Alfenas, Guaxupé, Pouso Alegre entre as mais importantes.

Apesar do movimento "Devolução 55M" ter procurado razões históricas para justificar-se, nota-se claramente que os fatores de ordem econômica tinham na argumentação, um peso maior e que era, sem dúvida, o aspecto mais sensível para a população. Esta característica do

movimento fica bem clara quando a Folha do Povo chama o 55M de “movimento de sobrevivência da região, alegando a incapacidade econômica de Minas Gerais”²⁴. Podemos também encontrar a mesma tônica em outros números do jornal, quando afirma “vamos entregar a São Paulo o que Minas não pode agüentar”²⁵, ou quando estampa manchete que pergunta: “Acaso pedir misericórdia é cometer crime?”²⁶. Esta afirmação pôde por nós ser constatada também nos contatos mantidos com pessoas da região, quer tivessem ou não algum tipo de envolvimento com o “Devolução 55M”.

Esta afirmação é também claramente notada nas declarações de políticos mineiros à imprensa de Belo Horizonte conforme citações feitas anteriormente, onde inclusive tentavam negar as razões político-históricas, restringindo-as ao econômico.

Por outro lado, pudemos constatar em outras fontes a mesma conotação. Assim, por exemplo: o excelente estudo levado a efeito pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1926 e publicado no nº 24 da Revista do mesmo Instituto, com o intuito de verificar a exatidão e a legitimidade das divisas entre os dois Estados, onde a preocupação jurídica deveria ser a preponderante, pudemos vislumbrar os fatos econômicos como pontos centrais das disputas entre paulistas e mineiros, mesmo quando a abordagem foi feita sem esta intenção.

Quanto à legitimidade, não era apenas do ponto de vista histórico que o “Devolução 55M” procurava manter-se, pois também indicava a solução constitucional, propondo a realização de um plebiscito na região, coisa absolutamente lícita na conjuntura jurídica da época. Além deste aspecto legal, que os dirigentes do movimento alegavam era também nacionalista, pois visava desenvolver, em termos globais, uma área brasileira que estava sendo tolhida por uma administração estadual, a de Minas Gerais, que nada fazia em seu benefício. Aliás, este abandono da região, parece inegável, pois as declarações de pessoas residentes nas cidades atingidas pelo movimento a órgãos de divulgação, como a revista “Manchete” e, mesmo prestadas recentemente em entrevistas que fizemos, são quase unânimes, nesta afirmação. Assim quando procuramos informações sobre o movimento em Poços de Caldas, inclusive na imprensa, encontramos pessoas que ainda julgam válida e oportuna a transferência para São Paulo.

Outro cuidado dos líderes do movimento era com vista ao aspecto doutrinário negando qualquer ligação com ideologias e, principalmente com extremismos, alegando permanentemente que tentavam conse-

(24) Folha do Povo, nº 06, 1961.

(25) Idem, nº 4, 1961.

(26) Idem, nº 16, 1961.

guir justiça social, progresso e desenvolvimento para uma parcela do povo brasileiro, estimada na época em um milhão de habitantes, de modo pacífico e legal, sem qualquer coloração partidária. Esta atitude dos dirigentes do movimento, parece não ter sido esquecida em nenhum momento, pois em todas as nossas investigações não conseguimos encontrar nada que denunciasse qualquer influência político-partidária na direção do movimento.

Um aspecto muito interessante é que o “Devolução 55M” atingiu e agradou as várias camadas sociais do sudoeste mineiro, pois a população em geral, quando pesquisada, ainda que não em profundidade, pois não foi realizado o plebiscito desejado, manifestava-se favorável à mudança, esperando melhor sorte sob a administração paulista. Assim, a imprensa da época, cita cifras, afirmando que 80% da população de São Sebastião do Paraíso e 60% de Poços de Caldas, aproximadamente, eram favoráveis ao projeto e o mesmo devendo ocorrer em outras cidades²⁷.

Parece-nos entretanto, que estas atitudes não eram resultantes de aversão ao homem público de Minas, nem qualquer espécie de fanatismo pelos políticos de São Paulo, mas sim do primado econômico paulista sobre aquela região. Havia, como é natural, muitas queixas contra a política de Minas, mas a falta de apoio econômico e o isolamento decorrente da falta de meios de comunicação são as mais evidentes em todos os momentos do movimento.

Assim se o movimento ganhou proporções, que chegaram a preocupar o governo mineiro, não despertou, ou pelo menos, nada encontramos a respeito de algum apoio oficial de São Paulo, mas apenas manifestações individuais ou particulares de simpatia. A “Folha do Povo” em 3 de dezembro de 1961, dava destaque ao fato de um alto funcionário da Prefeitura de São Paulo, Dr. Ruy Valadão dar seu apoio ao movimento em carta enviada a pessoa de suas relações em S. S. do Paraíso, quando, segundo o jornal, aquela personalidade concordava com a acusação, feita ao governo mineiro de ter abandonado a região²⁸. Encontramos também no “Diário de Notícias” de Ribeirão Preto, em edição de 27 de setembro de 1961, a notícia do apoio do Dr. João de Paula e Silva, então vereador naquela cidade, manifestando-se favorável ao movimento, além de se propor a iniciar uma campanha de articulação local, para auxiliar o movimento²⁹.

Convém notar, por outro lado, que 1962 foi um ano eleitoral, inclusive com eleições para prefeito de S. S. do Paraíso. Na época era notória a dominação política, no Estado de Minas Gerais, de dois partidos

(27) Manchete, nº 501, de 1961 — Folha de São Paulo, de 6-10-61 e Folha do Povo, nº 11, de 12-11-61 — S. S. do Paraíso.

(28) Citado na Folha do Povo, nº 14, de 03-12-61, S. S. do Paraíso.

(29) Citado em Diário da Tarde, de 06-10-61.

políticos: o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), que travavam lutas locais e regionais envolvendo líderes tradicionais, que tornavam praticamente, cada cidade um verdadeiro feudo político de uma ou outra agremiação política³⁰.

Esta situação, que parece não ter-se alterado substancialmente pois ainda subsistem, dentro dos atuais partidos, a velha dicotomia de pessedismo e udenismo, embora disfarçados, mas que podemos observar nos momentos de soluções sucessórias ao governo mineiro, como ainda recentemente levantaram-se vozes contra a indicação de Francelino Pereira, por ser visto como representante da velha UDN.

Foi, portanto, dentro deste contexto político que surgiu o “Devolução 55M”, mas com aspecto divergente, isto é, lançando um candidato a prefeito de S. S. do Paraíso, sob a legenda do PSP (Partido Social Progressista), marcadamente paulista pelas suas lideranças. Este candidato, o Sr. Argemiro de Pádua, que é sócio do jornalista Francisco Gonçalves, no Jornal “Folha do Povo”, articulava a campanha mudancista. Assim o jornal cita-o, durante sua existência, promove duas campanhas paralelas do movimento “Devolução 55M” e a do candidato a prefeito da cidade onde era editado. A primeira campanha não se concretizou, mas a segunda coorou-se de êxito, pois o Sr. Argemiro de Pádua foi eleito prefeito.

O que ocorreu após as eleições não nos ficou muito claro, pois não encontramos documentação a esse respeito; só as declarações do próprio Argemiro de Pádua³¹, mas parece-nos que o prefeito eleito não conseguiu forças suficientes para escapar aos velhos esquemas políticos mineiros e teve de se ajustar aos tradicionais acertos da época e acabou por abandonar a luta pela incorporação do sudoeste mineiro a São Paulo. Por outro lado, sem o apoio financeiro de seu antigo sócio, Francisco Gonçalves não conseguiu salvar seu jornal nem sua campanha. Em declarações que nos prestou, pessoalmente, o Sr. Argemiro de Pádua, conceituado comerciante em S. S. do Paraíso, alegou que houve falta de verbas para que a idéia do “Devolução 55M” conseguisse seu intento.

Afirmou-nos também, que Francisco Gonçalves, não dispendo de muitos recursos, tentou sua eleição para deputado estadual, quando poderia ampliar sua campanha, mas foi derrotado pela máquina política de um chefe regional, Délson Scarano, eleito na época deputado federal pelo PSD, com quem se indispusera, sendo inclusive envolvido em um processo judicial em que acabou condenado e por isso afastou-se de S. Sebastião do Paraíso, vivendo ainda hoje, talvez em Ribeirão Preto, onde não nos foi possível encontrá-lo, pois parece que ainda teme o processo citado e tem sistematicamente se ocultado.

(30) Bastos, Tocary Assis — Análise das Eleições em 1962 em Minas Gerais, Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 16, 1964.

(31) Entrevista feita sem gravação, em 15 de julho de 1978 na residência de Argemiro de Paula, em S. S. do Paraíso, MG.